

Verde 08 Energia S.A.

**Demonstrações contábeis 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da Verde 08 Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verde 08 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Verde 08 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita de Geração de Energia Elétrica

Veja as Notas 3.9 e 17 das demonstrações contábeis.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu Receita de Geração de Energia Elétrica no montante de R\$ 47.469 mil, conforme divulgado na nota explicativa 17 às demonstrações contábeis.</p> <p>As receitas da Companhia são oriundas principalmente de geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens.</p> <p>Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações de venda, bem como o risco de uma receita de venda de energia ser reconhecida sem a efetiva transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica;(ii) Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, onde confrontamos com os relatórios gerenciais da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. Adicionalmente, inspecionamos as contabilizações do corte da receita realizadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024.(iii) Realização de procedimentos, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica; e(iv) Inspeção, em base amostral, de recebimentos subsequentes de faturas de venda de energia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de Março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de Março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Verde 08 Energia S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante		81.304	62.192
Caixa e equivalentes de caixa	4	18	297
Investimentos de curto prazo	5	74.095	53.612
Contas a receber de clientes	6	5.869	6.766
Imposto e contribuição a compensar		149	1.221
Despesas pagas antecipadamente		272	282
Outros ativos		901	14
Não circulante		238.430	244.634
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	10.625	10.616
Imobilizado	8	221.533	227.775
Intangível	9	6.272	6.243
Total do ativo		319.734	306.826
Passivo			
Circulante		210.129	14.191
Fornecedores	10	2.505	1.964
Partes relacionadas	15.1	46	10
Debêntures	11	201.604	4.565
Arrendamentos	15.1	72	47
Salários e férias a pagar		397	385
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12	658	987
Outros tributos a recolher	12	508	396
Provisões	13	4.136	5.635
Encargos setoriais		10	9
Adiantamento de clientes		193	193
Não circulante		8.304	197.127
Debêntures	11	-	186.911
Arrendamentos	15.1	113	133
Provisões	13	8.191	10.083
Patrimônio líquido		101.301	95.508
Capital social	16	107.660	107.660
Prejuízos Acumulados		(6.359)	(12.152)
Total do passivo e patrimônio líquido		319.734	306.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	47.469	45.042
Custos operacionais	18	(20.453)	(15.744)
Lucro bruto		27.016	29.298
Despesas (Receitas) operacionais	18	(2.735)	(3.133)
Despesas gerais e administrativas		(2.735)	(3.139)
Outras receitas		-	6
Lucro antes do resultado financeiro		24.281	26.165
Resultado Financeiro	19	(14.757)	(13.798)
Despesas financeiras		(21.376)	(19.715)
Receitas financeiras		6.619	5.917
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		9.524	12.367
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(3.741)	(3.356)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	9	6
Lucro líquido do exercício		5.792	9.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	5.792	9.017
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	5.792	9.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.660	(21.169)	86.491
Lucro do exercício	-	9.017	9.017
Saldos em 31 de dezembro de 2023	107.660	(12.152)	95.508
Lucro do exercício	-	5.792	5.793
Saldos em 31 de dezembro de 2024	107.660	(6.360)	101.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verde 08 Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		9.524	12.367
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	5.708	6.051
Encargos de dívidas	11.b	20.690	19.168
Encargos de dívidas arrendamentos		13	18
Apropriação dos custos de captação da dívida	11.b	470	470
Outras variações monetárias líquidas		-	(229)
Receita de aplicações financeiras		(6.595)	(4.733)
Descontos financeiros obtidos		-	(4)
Baixa do ativo imobilizado e intangível	8	-	1.103
		29.810	34.211
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		7	(3.827)
Tributos e contribuições sociais a compensar		1.072	1.944
Despesas pagas antecipadamente		10	18
Outros ativos		2	(6)
		1.091	(1.871)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		2.434	(250)
Salários e férias a pagar		12	(586)
Tributos e contribuições sociais a recolher		(972)	(1.212)
Provisão para constituição de ativos		(3.253)	(379)
Provisão para gastos ambientais		(139)	-
Outros Passivos		13	-
		(1.905)	(2.427)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(2.988)	(918)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		26.008	28.995
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em investimentos de curto prazo		35.016	24.999
Resgates em investimentos de curto prazo		(48.904)	(41.741)
Adições no imobilizado	8	(1.222)	(1.604)
Adições no intangível	9	(80)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(15.190)	(18.346)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de principal de arrendamentos		(52)	(41)
Amortização de juros dos arrendamentos		(13)	(18)
Pagamento de juros das debêntures	11.b	(11.032)	(10.648)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(11.097)	(10.707)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(279)	(58)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	297	355
Saldo no final do exercício	4	18	297
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(279)	(58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Verde 08 Energia S.A. (“PCH - Verde 08” ou “Companhia”), com sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 16º andar, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, constituída em 05 de dezembro de 2013, é uma companhia de capital fechado que tem como propósito implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, localizado no Rio Verde, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Santa Helena de Goiás, Acreúna e Tuverlândia, no estado de Goiás.

Por meio da Resolução Autorizativa nº 3.702, de 09 de outubro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) autorizou a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), a implantar e explorar a PCH Verde 08, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A referida PCH opera com quatro unidades geradoras, sendo, três unidades geradoras com potência instalada de 9,5 MW cada e uma unidade geradora com potência instalada de 1,5 MW, totalizando 30 MW de potência instalada, e uma Subestação elevadora 13,8 kV/138 kV, interligando-se ao sistema por meio de uma Linha de Transmissão em 138 kV, com 22 km de extensão, em um circuito simples até o ponto de conexão na Subestação Santa Helena.

Em 31 de maio de 2018 a primeira turbina hidrelétrica entrou em operação comercial, a segunda turbina hidrelétrica em 27 de junho de 2018, a terceira turbina hidrelétrica em 9 de agosto de 2018 e a quarta turbina hidrelétrica em 21 de novembro de 2018. A autorização vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação, tendo sido prorrogado o prazo da outorga por meio da Resolução Autorizativa nº 11.344 de 15 de março de 2022 para 23 de novembro de 2049. A Companhia iniciou sua operação operando no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e a partir de 1º de Janeiro de 2023, passou a atuar também no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) conforme Edital Leilão A6-2017.

O prazo de autorização pode ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação. O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados, apurados por auditoria da Aneel.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2024, capital circulante negativo de R\$ 128.826. Em 31 de dezembro de 2024 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à liquidação de seus passivos. A administração está em tratativas para contratação de novas linhas de financiamento para quitação das debêntures que têm o vencimento em julho de 2025. Se o valor contratado não for suficiente, a controladora, que é a atual fiadora, aportará capital necessário.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 10 de março de 2025.

2.1 Base de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça o uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolve estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões e inclusive provisões para contingências.

I. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – Imobilizado e nota explicativa 3.4 - Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas;
- Nota 14 - Provisão para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - estimativa do risco;

II. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Imobilizado e nota explicativa 3.4 – Imobilizado– taxa de depreciação;
- Nota 14 - Provisões para contingências e nota explicativa 3.3 - Provisões - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3 Sumário das principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar

de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e ganhos e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, e é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras

de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização e pela possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por até 30 (trinta) anos a critério do poder concedente. Se houver alterações no cenário regulatório ou surgirem fatos novos relacionados ao tema, as taxas em questão poderão ser revisadas, de modo a refletir a vida útil econômica adequada dos bens integrantes do ativo imobilizado.

3.5 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 9, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão que será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até janeiro de 2049.

3.6 Tributação

Em 2024 a companhia está enquadrada no regime de apuração lucro presumido caixa.

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – diferidos Ativos e Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo referem-se ao reconhecimento de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, e são revertidas a medida em que os saldos vão se realizando. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão que será realizado mensalmente de forma linear até o final da concessão.

3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.8 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) à medida que satisfizer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado 18,2 MW médio equivalente a 97% da garantia física, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R\$ 301,56 MW/h, (R\$ 288,24 MW/h em 2023) reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 29 anos contados a partir de janeiro de 2024; e;

(ii) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2024 é de R\$ 62,92 (R\$ 70,05 em 2023)

(iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo são ajustados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

3.12 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Em vigor desde 1º de janeiro de 2024

Os principais normativos revisados e que são efetivos para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, são:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants - Alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback;
- e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7);
- Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – Resolução CVM nº 199 e CPC 09 (R1).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e trará as seguintes exigências:

- Define o lucro ou prejuízo operacional como ponto de partida para a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) no método indireto;
- Divide as despesas e receitas em três categorias: operacional, investimento e financiamento;
- Propõe novos subtotais na demonstração do resultado, como lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de associadas integrais e empreendimentos conjuntos;

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Numerário disponível	18	297

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração 31/12/2024	Remuneração 31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento - STA Energia	94,99% do CDI	101,94% do CDI	74.095	53.612

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia (fundo de investimento não exclusivo), cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	5.675	6.689
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	105	-
Ajuste positivo CCEE	89	77
	5.869	6.766

Os montantes de suprimento de energia elétrica ambiente livre são constituídos pelos valores faturados em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente livre.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Os contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes. Em 31 de dezembro de 2024, não há títulos vencidos no contas a receber da Companhia.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024
Base de cálculo - Saldo acumulado de Prejuízo Fiscal - IR	31.788	-	31.788
Base de cálculo - Saldo acumulado de Prejuízo Fiscal - CS	32.231	-	32.231
Ativo (i)			
Imposto de Renda diferido - alíquota 25%	7.947	-	7.947
Contribuição Social diferido - alíquota 9%	2.901	-	2.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	10.848	-	10.848
	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2024
Passivo (ii)			
Base de cálculo - extensão da concessão			
Imposto de Renda diferido - alíquota 25%	(170)	7	(163)
Contribuição Social diferido - alíquota 9%	(62)	2	(60)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(232)	9	(223)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	10.616	9	10.625

Ativo

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros. A cada encerramento de exercício a Companhia define estrategicamente qual melhor regime tributário a ser adotado para a Companhia no exercício seguinte bem como a longo prazo, levando-se em conta qual a melhor gestão tributária naquele momento para a Companhia, tanto para otimização de gastos bem como para oportunidades geradas na gestão dos tributos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.848 com expectativa de realização a partir de 2039 conforme demonstrado abaixo:

	2039	2040	2041	Total
Estimativa de realização IRPJ / CSLL diferido	4.382	4.749	1.718	10.848

Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12, cujo os valores são amortizados mensalmente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram contabilizados seguindo o critério descrito na nota explicativa nº 3.6 - Tributação. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 223.

8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferência	Outros (ii)	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Outros (ii)	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em serviço												
Terrenos	-	15.383	831	-	477	-	16.691	-	-	85	-	16.776
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	141.492	-	-	-	-	141.492	87	-	-	-	141.579
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2%	21.224	-	(1.130)	-	-	20.094	570	-	-	-	20.664
Máquinas e Equipamentos	3%	80.065	548	(94)	-	-	80.519	134	-	-	(1.679)	78.974
Móveis e Utensílios	5%	198	23	-	-	-	221	68	-	-	-	289
Direito de Uso sobre Arrendamento	11%	379	-	-	-	-	379	-	-	-	57	436
Imobilizado em curso (i)		1.661	202	-	(477)	22	1.408	363	-	(85)	(172)	1.514
Total do imobilizado		260.402	1.604	(1.224)	-	22	260.804	1.222	-	-	(1.794)	260.232
(-) Depreciação acumulada												
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(13.402)	(2.928)	-	-	-	(16.330)	(2.930)	-	-	-	(19.261)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(2.094)	(452)	121	-	-	(2.425)	(448)	-	-	-	(2.873)
Máquinas e Equipamentos		(11.408)	(2.580)	-	-	-	(13.988)	(2.588)	363	-	-	(16.213)
Móveis e Utensílios		(36)	(12)	-	-	-	(48)	(15)	-	-	-	(63)
Direito de Uso sobre Arrendamento		(194)	(44)	-	-	-	(238)	(51)	-	-	-	(289)
Total da depreciação acumulada		(27.134)	(6.016)	121	-	-	(33.029)	(6.032)	363	-	-	(38.699)
Total do ativo imobilizado		233.268	(4.412)	(1.103)	-	22	227.775	(4.810)	363	-	(1.794)	221.533

- (i) Imobilizado em curso: referem-se substancialmente a investimentos em materiais, equipamentos e serviços vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da PCH Verde 08.
- (ii) Outros refere-se: Direito de uso de arrendamento - remensuração de arrendamentos da extensão do contrato de locação e mudança nos critérios de rateio da Alupar que são revisitados anualmente e a baixa de provisões de constituição de ativos devido a não realização de parte das provisões.

9 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Outros	Saldo em 31/12/2024
Intangível em serviço						
Servidões	-	5.511	78	-	-	5.589
Outros intangíveis de concessão	16%	47	-	-	3	50
Extensão da concessão (i)	4%	745	-	-	-	745
Em curso		20	2	(18)	3	7
Total do custo do intangível		6.323	80	(18)	6	6.391
Amortização						
Outros intangíveis de concessão		(17)	(39)	-	-	(56)
Extensão da concessão		(63)	-	-	-	(63)
Total amortização		(80)	(39)	-	-	(119)
Total intangível		6.243	41	(18)	6	6.272

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferência do Imobilizado	Saldo em 31/12/2023
Intangível em serviço					
Servidões	-	5.511	-	-	5.511
Outros intangíveis de concessão	16%	38	-	9	47
Extensão da concessão (i)	4%	745	-	-	745
Em curso		29	-	9	20
Total do custo do intangível		6.323	-	-	6.323
Amortização					
Outros intangíveis de concessão		(9)	(8)	-	(17)
Extensão da concessão		(36)	(27)	-	(63)
Total amortização		(45)	(35)	-	(80)
Total intangível		6.278	(35)	-	6.243

10 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	251	109
Suprimento de energia elétrica	372	532
Materiais e serviços	1.521	885
Retenção contratual	361	438
	2.505	1.964

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

11 Debêntures

a. O saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

			31/12/2024			31/12/2023		
Encargos	Vencimento		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
2ª Emissão de Debêntures	IPCA + 5,95%	15/07/2025	193.679	8.199	201.878	-	5.035	5.035
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	(274)	-	(274)	(470)	-	(470)
Total			193.405	8.199	201.604	(470)	5.035	4.565
Moeda nacional - não circulante								
2ª Emissão de Debêntures	IPCA + 5,95%	15/07/2025	-	-	-	187.185	-	187.185
(-) Custo de captação - a apropriar	-	-	-	-	-	(274)	-	(274)
Total			-	-	-	186.911	-	186.911
Total geral			193.405	8.199	201.604	186.441	5.035	191.476

Em 15 de julho de 2018 a Companhia realizou a 2ª emissão de 14.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10, emitidas em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, num montante total de R\$ 140.000. Sobre o valor nominal atualizados das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à 5,9559% ao ano, base 252 dias úteis e variação acumulada do IPCA. As respectivas debêntures têm como o vencimento único a data 15 de julho 2025, já sua remuneração será paga semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2019 e o último será em 15 de julho de 2025.

A Companhia mantém acompanhamento de todas as obrigações definidas na escritura de emissão.

Não há obrigações atreladas a índices financeiros em 31 de dezembro de 2024, para as demais obrigações qualitativas a Companhia faz o acompanhamento dessas obrigações.

b. As movimentações das debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	Encargos de dívidas (Nota 20)	Apropriação dos custos de captação	Amortização de Juros	31/12/2024
Moeda nacional					
2º emissão de debêntures	192.221	20.690	-	(11.032)	201.879
(-) custo de captação - a apropriar	(745)	-	470	-	(275)
Total	191.476	20.690	470	(11.032)	201.604

	31/12/2022	Encargos de dívidas (Nota 20)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2023
Moeda nacional					
2º emissão de debêntures	183.700	19.168	-	(10.648)	192.221
(-) custo de captação - a apropriar	(1.215)	-	470	-	(745)
Total	182.485	19.168	470	(10.648)	191.476

12 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	294	575
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	364	412
Total - Imposto de renda e contribuição Social a recolher	658	987
Programa de Integração Social - PIS	74	62
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	341	284
Outros	93	50
	508	396

13 Provisões

Natureza	31/12/2022	Realizações	31/12/2023	Realizações	Reversão de provisão	31/12/2024
Provisões de constituição de ativos (a)	6.790	(379)	6.411	(1.573)	(1.679)	3.159
Provisões para compensações ambientais (b)	9.307	-	9.307	(139)	-	9.168
Total	16.097	(379)	15.718	(1.712)	(1.679)	12.327
Circulante	5.226		5.635			4.136
Não Circulante	10.871		10.083			8.191
	16.097		15.718			12.327

- (a) As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.
- (b) As provisões para compensações ambientais referem-se a investimentos em programas ambientais no qual as controladas da Companhia realizam, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção das Usinas e parques Eólicos. As provisões são registradas em contrapartida no ativo imobilizado e são realizadas de acordo com a implementação desses programas.

14 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) PERDA PROVÁVEL: Não existem demandas judiciais, arbitrais ou administrativas dessa natureza com risco provável de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2024, merece destaques a seguinte demanda:

Demandas Tributárias: atualmente existe um processo (o mesmo em 31 de dezembro de 2023) judicial de natureza tributária:

Processo nº 00032811920228260090 (antigo 51473962020208090178 execução fiscal) (5293592-56.2020.8.09.0178 Embargos à Execução): trata-se de exigência de suposto débito de ISS decorrente dos serviços contratados para implantação da Verde 08, com valor em risco aproximado de R\$ 1.647 (R\$ 1.632 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) **Demandas Cíveis/Trabalhistas/Arbitrais/Ambientais/Regulatórias:** não existem demandas judiciais ou administrativas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

15 Partes relacionadas

15.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Nota de débito - Alupar Investimento S.A.	46	10
Serviços Tomados - AF Energia S.A.	69	65
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	72	47
	187	122
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A.	113	133

(B) Partes relacionadas: informações do resultado

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receita - partes relacionadas</u>			
Venda de energia elétrica - Ace Comercializadora Ltda.	17	-	242
		-	242
<u>Custo - partes relacionadas</u>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	18	(3.664)	(2.851)
Serviços Tomados - AF Energia S.A.	18	(765)	(788)
Atualização nota de débito - Alupar Investimento S.A.			(359)
		(4.429)	(3.998)

a. As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimento S.A.;

b. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A., que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

15.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2024
Alupar	13/06/2018	Assembleia Geral Extraordinária	2ª Emissão de Debêntures	Fiadora	15/07/2018	15/07/2025	140.000	201.878

15.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo (a)	358	864

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

16 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado é R\$ 107.660 e está representado por 107.660.380 ações ordinárias.

	31/12/2024 e 31/12/2023	
	Quantidade	%
Acionistas		
Alupar Investimento S/A	91.511.322	85,00
AF Energia S.A.	1	0,00
Volts Empreendimentos e Participações Ltda	16.149.057	15,00
Total das ações	107.660.380	100,00

17 Receita operacional líquida

	Nota	Mwh	31/12/2024	Mwh	31/12/2023
Receita de geração de energia elétrica					
Suprimento de energia - ambiente regulado		159.869	48.212	160.021	45.956
Suprimento de energia - ambiente livre		13.056	821	3.312	231
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	15.1	-	-	1.774	242
Ajuste positivo CCEE		-	363	-	441
		172.925	49.396	165.107	46.870
Deduções					
PIS - Programa de integração social			(321)		(305)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social			(1.482)		(1.409)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica			(124)		(114)
			(1.927)		(1.828)
Receita operacional líquida			47.469		45.042

18 Custos e despesas operacionais

		31/12/2024		31/12/2023	
Nota		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
		(1.502)	-	(1.556)	-
		(5)	(9)	(1)	(3)
		(1.507)	(9)	(1.557)	(3)
Custos gerenciáveis					
		(4.419)	-	(831)	-
	15.1	(3.664)	-	(2.851)	-
		(575)	(12)	(580)	(13)
		(209)	(22)	(159)	(17)
		(559)	(1.420)	(359)	(1.205)
	15.3	-	(358)	-	(864)
		(433)	(10)	(253)	(6)
		(2.630)	(835)	(2.425)	(973)
	15.1	(765)	-	(788)	-
		(19)	(10)	(24)	(9)
		-	-	-	6
		(15)	(9)	(30)	(6)
		(13.288)	(2.676)	(8.300)	(3.087)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(5.658)	(50)	(5.887)	(43)
		(5.658)	(50)	(5.887)	(43)
Total		(20.453)	(2.735)	(15.744)	(3.133)

19 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	11.b	(20.690)	(19.168)
Outros		(686)	(547)
Total		(21.376)	(19.715)
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras (*)		6.599	4.739
Total		6.619	5.917
Total líquido		(14.757)	(13.798)

(*) Refere-se receita financeira líquida, considerando demais despesas financeiras.

20 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Presumido					
Faturamento e Liquidação CCEE	17	49.395	49.395	46.870	46.870
Outras Receitas Operacionais	18	-	-	6	6
		8%	12%	8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%		3.952	5.927	3.750	5.625
Receita financeira	19	6.619	6.619	5.917	5.917
(-) Exclusão de juros sobre indebito tributário		(20)	(20)		
Base de cálculo IR e CS		10.551	12.527	9.667	11.542
Alíquota		15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ		10%	-	10%	-
		2.614	1.127	2.393	1.039
Outros ajustes				(56)	(20)
Total dos tributos correntes		2.614	1.127	2.337	1.019
Tributos diferidos		(7)	(2)	7	(1)
Total dos tributos		2.607	1.125	2.344	1.018

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	18	18	297	297	-	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	74.095	74.095	53.612	53.612	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	5.869	5.869	6.766	6.766	-	Custo amortizado
	79.982	79.982	60.675	60.675		
Passivo						
Fornecedores	2.505	2.505	1.964	1.964	-	Custo amortizado
Contas a pagar - parte relacionada	46	46	10	10	-	Custo amortizado
Debêntures	201.604	193.480	191.476	183.352	-	Custo amortizado
	204.155	196.031	193.450	185.326		

As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

23 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir

este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira ou receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2024 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
Investimentos de curto prazo	CDI	74.095	7,38%	11,06%	14,75%	18,44%	22,13%
		3.195	4.793	6.391	7.988	9.586	

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2024 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
2ª Emissão de debêntures	IPCA	201.878	2,48%	3,72%	4,96%	6,20%	7,44%
		5.007	7.510	10.013	12.516	15.020	

(*) Refere-se ao principal e encargos das dívidas, sem considerar os custos de captação.

24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2024
		Amortização / Pagamento	Encargos	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Debêntures	191.476	(11.032)	20.690	470	201.604
Arrendamentos	180	(63)	13	55	185
	191.656	(11.095)	20.703	525	201.789
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)					
	191.656	(11.095)	20.703	525	201.789

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 436 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 339 em 31 de dezembro de 2023) referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

* * *